



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone 99972-4115 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br



Procedimento de Gestão Administrativa nº 12.721/2020

Assunto: Consulta

Consulente: Wendell Beethoven Ribeiro Agra

PARECER

Trata-se de consulta formulada pelo Bel. Wendell Beethoven Ribeiro Agra, 19º Promotor de Justiça de Natal/RN, em que solicita orientação sobre o exercício do controle externo da atividade policial sobre o Núcleo Especial de Investigação Criminal (NEIC) e o Departamento de Inteligência Policial (DIP).

Em relação ao NEIC questiona se deve ser incluído no calendário de visitas semestrais da 19ª Promotoria de Justiça e, quanto ao DIP, destaca o fato de ser atualmente dirigido pelo DPC Licurgo Nunes Neto, concunhado e amigo íntimo do consulente.

É o relatório.

A Resolução CNMP nº 20/2007, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial, em seu art. 1º, prescreve quais órgãos estão sujeitos a esse controle:

Art. 1º Estão sujeitos ao controle externo do Ministério Público, na forma do art. 129, inciso VII, da Constituição Federal, da legislação em vigor e da presente Resolução, os organismos policiais relacionados no art. 144 da Constituição Federal, bem como as polícias legislativas ou **qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, à qual seja atribuída parcela de poder de polícia, relacionada com a segurança pública e persecução criminal.** (grifos acrescidos).

Na sequência, o CNMP delineou o propósito dessa função institucional nos seguintes termos, com grifos acrescidos:

juu



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone 99972-4115 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Art. 2º. O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como **objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltada para a persecução penal e o interesse público**, atentando, especialmente, para:

I – o respeito aos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal e nas leis;

II – a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público;

III – a prevenção da criminalidade;

IV – a finalidade, a celeridade, o aperfeiçoamento e a indisponibilidade da persecução penal;

V – a prevenção ou a correção de irregularidades, ilegalidades ou de abuso de poder relacionados à atividade de investigação criminal;

VI – a superação de falhas na produção probatória, inclusive técnicas, para fins de investigação criminal;

VII – a probidade administrativa no exercício da atividade policial. (grifos nossos).

Logo em seguida, essa mesma resolução disciplina as visitas relacionadas ao controle externo da atividade policial, afirmando em seu art. 4º, inciso I, o seguinte:

Art. 4º. Incumbe aos órgãos do Ministério Público, quando do exercício ou do resultado da atividade de controle externo:

I – realizar visitas ordinárias nos meses de abril ou maio e outubro ou novembro e, quando necessárias, a qualquer tempo, visitas extraordinárias, em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e quartelamentos militares existentes em sua área de atribuição;

(...)



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone 99972-4115 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Dito isto, vejamos em que consistem o Núcleo Especial de Investigação Criminal (NEIC) e o Departamento de Inteligência Policial (DIP) na estrutura da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

O primeiro – NEIC – foi instituído pela Portaria nº 076/2017-GDG/PCRN, de 12/02/2017, cujo art. 1º destina-lhe as seguintes competência:

I - promover investigações de crimes praticados por organizações criminosas, crimes contra o patrimônio público, crimes econômicos, crimes tributários e os praticados por agentes públicos no exercício das suas funções;

II - atuar junto à Célula Integrada de Investigação Interinstitucional criada por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 05/2017 - MPRN-SESED, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.865, de 10/02/2017.

Parágrafo único. A investigação de ilícitos penais pelo NEIC não interferirá nas atribuições de outros órgãos da estrutura organizacional da Polícia Civil.

O segundo – DIP – foi criado pela Lei Complementar Estadual nº 661/2019, definindo-o como Agência Central de Inteligência Policial Judiciária, com atribuições de assistência e assessoramento ao Delegado Geral de Polícia Civil em matérias de inteligência policial e análise criminal, bem como de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades de Inteligência de Segurança Pública no âmbito da Polícia Civil.

Diante de tais prescrições normativas, os dois órgãos citados estão sujeitos ao controle externo da atividade policial atribuída ao membro consulente, incluindo-os no calendário das visitas semestrais, já que, nas palavras de Carlos Roberto de Castro Jatahi, na obra Curso de Princípios Institucionais do Ministério Público, 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, pp.39-40:

“O controle externo permite ao Ministério Público buscar um trabalho policial dedicado e bem conduzido, para que sejam fornecidos



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN CEP 59065-555
Telefone 99972-4115 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

subsídios capazes de gerar a justa causa necessária para o desencadeamento da ação penal pública. É oportuno asseverar que tal controle possui índole técnica e tem por objetivo apurar omissões, eventuais desvios de conduta das autoridades policiais; seus agentes e abuso de poder”.

No tocante às situações de impedimento ou suspeição do consulente para o exercício de suas atribuições legais, aplicam-se as disposições legais pertinentes à espécie¹, gerando a substituição automática, nos termos do art. 137 da Lei Complementar Estadual nº 141/1996.

Isto posto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, seja a consulta respondida nos termos acima.

Submeto o presente parecer à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 16 de março de 2020.

+ Flávia Felício Mathias

Flávia Felício Mathias da Silva

Promotora Corregedora I

¹ CPP, art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

LCE, Art. 160. O membro do Ministério Público dar-se-á por suspeito nos casos previstos na legislação processual e, se não o fizer, poderá tal circunstância ser arguida por qualquer interessado. Parágrafo único. Quando o membro do Ministério Público considerar-se suspeito, por motivo de foro íntimo, comunicará o fato ao Corregedor-Geral do Ministério Público.



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, CEP 59065-555, Candelária, Natal/RN
Telefone: 9 9972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br



Procedimento de Gestão Administrativa nº 12.721/2020
Assunto: CONSULTA – Controle Externo de Unidade Policial
Interessado: Wendell Beethoven Ribeiro Agra

DECISÃO

Aprovo e adoto o parecer, de fls. 04-05, da lavra da Promotora Corregedora Flávia Felício Mathias da Silva. Em face disso, a consulta formulada pelo consulente deve ser respondida nos termos do referido parecer.

Encaminhe-se cópia do Parecer e da presente Decisão para o Promotor de Justiça Wendell Beethoven Ribeiro Agra, para ciência.

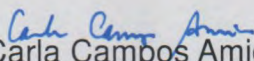
Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

Efetue-se a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, remetam os autos ao **arquivo**.

Cumpra-se.

Natal, 16 de março de 2020.


Carla Campos Amico
Corregedora-Geral do MPRN